

A nova cara da juventude brasileira

23/03/2015



Antonio Cruz/ABr

Wescrey Portes Pereira*

Há 12 anos o Brasil vem passando por uma grande transformação social, iniciada com a eleição de Lula e do Partido dos Trabalhadores. A priorização de políticas públicas para a parcela mais pobre da sociedade, invertendo as prioridades, vem mudando a cara do país e modificando a pirâmide social. Essa nova realidade exige que estejamos firmes na luta para manter os direitos conquistados, mas, sobretudo, que sejamos capazes de inserir na agenda política do país a necessidade de avançarmos cada vez mais da direção de mais e novas conquistas, principalmente para a juventude trabalhadora.

A transferência direta de renda, a diminuição do desemprego, aproximando-se ao patamar do pleno emprego, e o acesso ao crédito, possibilitaram a ascensão de uma classe trabalhadora vigorosa, com mais poder de compra. A Juventude, principalmente a juventude negra, nestes últimos 12 anos, pela primeira vez, teve acesso a diversos bens que para seus pais eram inalcançáveis, como o aumento do tempo de estudo, a possibilidade de ingressar em cursos de capacitação em tecnologias e a possibilidade do acesso à universidade. Programas como o PROUNI, a expansão da Universidade Pública Federal, as Cotas, o Novo Enem e o Sisu democratizaram o acesso ao ensino superior, antes um privilégio a uma pequena parcela da sociedade.

Essas mudanças afetaram diretamente a vida dos jovens brasileiros. Os três governos petistas possibilitaram mudanças econômicas e sociais, que agiram no seio das famílias brasileiras e que mudaram a dinâmica de vida destas pessoas. Os Jovens, hoje, acessam empregos com salários maiores que os de seus pais já no primeiro emprego. A mudança que aconteceu na sociedade como um todo, para uma grande parcela da juventude, não é pouca coisa. Os jovens atualmente são parte importante do processo de organização das famílias brasileiras e interferem diretamente na dinâmica de vida dos seus pais, família, bairros, comunidades e ciclo social. Muitas das vezes, esses jovens, criam relações com outras redes e relacionam-se com outras

juventudes, tendo horizontes mais amplos que os pais e mães.

Mas essa mudança, ainda não pode ser considerada o ideal. Mesmo com salários maiores que seus pais, os jovens, oriundos de classes populares, ainda ocupam os postos de trabalho mais precarizados. A opção de ingressar no curso de ensino superior, na maioria das vezes, significa não estar em um posto de trabalho, o qual o possibilitaria adquirir bens que são importantes nesta nova dinâmica de vida. A Decisão de escolher entre Universidade x Trabalho não é simples, posto que ambos são forma de empoderamento social. Porém, o que possibilita, de forma quase que imediata, acesso a bens de consumo, que na relação social cotidiana o coloca em posição de destaque de forma mais decisiva é o trabalho. Isso atua fortemente na vida de cada jovem que está ascendendo economicamente. Apenas acessar a universidade e estar dentro do mundo acadêmico não dão conta das novas demandas dessa juventude.

Consolidar essas conquistas é fundamental. Porém, os desafios de entender a nova cara da juventude, as suas novas demandas, sobretudo da juventude mais pobre e negra, é fundamental para construir políticas públicas de juventude, que amplie os conceitos e entenda as novas necessidades a partir das subjetividades que são formadas na sociedade contemporânea. As políticas pautadas apenas na ampliação do ensino e oferta de emprego, não são mais capazes de suprir as necessidades da juventude brasileira e principalmente a juventude negra. Os jovens de outrora, que demandavam emprego, acesso à universidade e capacitação técnica, hoje, de certa forma, têm garantido estes direitos. Atualmente, temos que pensar políticas públicas educacionais voltadas para permanência estudantil transversalizadas com as de Juventude. Para além de garantir aos jovens pobres e negros o ingresso a universidade, essas políticas devem assegurar a possibilidade de permanecerem e vivenciarem a universidade e a juventude com um todo.

Nesse sentido, fica nítida a necessidade que os governos se voltem para compreender este novo momento, apontando caminhos para as novas necessidades da juventude que é plural e de várias caras. A juventude quer ter suas formas de vida reconhecidas e incentivadas pelas políticas públicas e não ser por elas tutelada. Na maioria das vezes, os jovens são colocados em situação de vulnerabilidade pelo próprio Estado e não pelas suas opções de vida.

Dito isso, abro uma discussão sobre a parcela desta juventude que mais tem sido afetada com a falta de políticas públicas efetivas, qual seja, a Juventude Negra. Hoje, está em curso, através de modelos de seguranças autoritários e extremamente racistas, um grande genocídio da juventude negra em nosso país. Abrir um diálogo mais amplo e incisivo sobre questões como a desmilitarização da PM, o Fim dos Autos de Resistência e uma nova política de drogas, devem estar no centro da agenda política.

Além de disputas mais estruturantes, é fundamental solidificar políticas públicas de juventude que se voltem para a Juventude Negra. Apontar o “Juventude Viva” como principal política de juventude neste período é importante, mas tal programa deve ser visto de uma forma bem mais ampla. O Jovem negro além de ter acesso ao trabalho e universidade, quer cada vez mais acessar equipamentos culturais, constituir bens de consumo duráveis, viajar, conhecer novos lugares e novas culturas, além de se relacionar com as diversas juventudes. Um dos marcos dos governos do PT foi compreender a juventude como segmento que precisa de políticas públicas específicas. Hoje, dar um passo à frente significa compreender que não existe apenas uma juventude e sim uma diversidade imensa de novos atores, que querem participar efetivamente da construção de um novo modelo de sociedade, na qual ele possa se reconhecer. O mundo das cidades privadas, que constrói barreiras à interação dos jovens, tem que ser superada.

Nesse sentido, não estão dissociados o debate de empoderamento da Juventude Negra e o debate do Direito a cidade e aos espaços públicos. É fundamental colocar no centro da agenda a discussão sobre o melhor funcionamento das cidades, de acordo com as demandas de uma juventude que pulsa e que está protagonizando a vida das vidas. Não basta mais apenas ampliar o acesso aos serviços de cultura. É necessário, por exemplo, ter políticas públicas que permitam aos jovens também produzir cultura e uma cidade democrática para a circulação dessa produção.

Com todas as contradições que possam ter os governos petistas de Lula e Dilma, temos a consciência que durante muito tempo a juventude negra não tinha nenhuma perspectiva social e era fadada a atuar em conflito com a lei, seja no tráfico ou praticando furtos, em trabalhos extremamente precarizados e sem acesso a educação. Hoje, através da diminuição da desigualdade, passou a poder sonhar, e os sonhos destes jovens são demandas que devem ser garantidas através de políticas públicas. Temos que ter a consciência que a redução das desigualdades sociais não configuram automaticamente a redução das desigualdades raciais. Se em 12 anos fomos capazes de possibilitar aos jovens mais pobres, sobretudo os negros, o direito de sonhar, entender o que são esses sonhos, identificá-los e garantir a realização destes através de políticas públicas mais efetivas, devem nortear as ações deste governo no próximo período. Jovem negro não quer apenas viver, quer viver, construir, transformar, e ser livre para protagonizar suas próprias vidas.

* Diretor da UEE-RJ e militante do Enegrecer

Compartilhe nas redes: